

Para além da aparência: a migração sob a lente do materialismo histórico

*Marcos Antônio da Silva¹
Célia Regina Vendramini²*

Resumo: A migração coloca-se novamente como um tema relevante, dada a finalização de mais um recenseamento da população nacional e sobretudo da expansão da superpopulação relativa, tendo em conta os ataques mais recentes do capital sobre os trabalhadores. Neste cenário, o presente ensaio busca apresentar algumas das concepções mais costumeiras ao se discorrer sobre a temática migratória, bem como destaca a base de interpretação marxista, com ênfase na concepção da mobilidade do trabalho. O pressuposto central está assentado na imposição da venda da força de trabalho como chave para a interpretação das migrações, e não a simples observação do fenômeno em sua superficialidade aparente.

Palavras-chave: Migração. Materialismo histórico-dialético. Mobilidade do trabalho.

Beyond appearance: migration under the lens of historical materialism

ABSTRACT: Migration is once again a relevant topic, given the completion of another national population census and, above all, the expansion of relative overpopulation, and the recent attacks by capital on workers. In this scenario, the present essay seeks to present some of the most current conceptions when presenting the migratory theme, as well as highlighting the basis of Marxist interpretation, with emphasis on the conception of labor mobility. The central assumption is based on the imposition

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: marcos.s.geo@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0285-423X>.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e docente do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: celia.vendramini@ufsc.br. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9600-2868>.

of the sale of the labor force as a key to interpreting migrations, and not the simple observation of the phenomenon and its apparent superficiality.

Keywords: Migration. Historical-dialectical materialism. Labor mobility.

Más allá de la apariencia: la migración bajo la lente del materialismo histórico

Resumen: La migración vuelve a ser un tema relevante, dada la realización de un nuevo censo nacional de población y, sobre todo, la expansión de la sobrepoblación relativa, considerando los más recientes ataques del capital contra los trabajadores. En ese escenario, el presente ensayo busca presentar algunas de las concepciones más actuales al momento de discutir el tema migratorio, además de resaltar las bases de la interpretación marxista, con énfasis en la concepción de movilidad laboral. El supuesto central se basa en la imposición de la venta de fuerza de trabajo como clave de interpretación de las migraciones, y no en la simple observación del fenómeno en su aparente superficialidad.

Palabras clave: Migración. Materialismo histórico-dialéctico. Movilidad laboral.

Introdução

Ao estudar a temática migratória, consideramos importante atentar-nos aos conhecimentos que são produzidos mediante a observação dos fenômenos naturais, os quais podem gerar sedimentações nos métodos de análise em muitas áreas do conhecimento. Fundamentalmente, os estudos sobre a população³ — seu tamanho, sua estrutura e sua distribuição — num dado local no espaço geográfico são vistos como o resultado de três pilares básicos: a taxa de natalidade, a taxa de mortalidade e o saldo migratório. Este procedimento guarda em si um forte traço do naturalismo, uma vez que pode ser aplicado a qualquer espécie animal. Não desconsideramos a importância destes parâmetros para o estudo dos grupos humanos, no entanto, razões sociais

³ Podemos exemplificar aqui os estudos centrados numa análise fundamentalmente demográfica, como o novo levantamento censitário a ser divulgado pelo IBGE, e seus desdobramentos.

se interpõem num conjunto de múltiplas determinações que complexificam a análise. Segundo Oliveira (1976, p. 8):

Partindo exatamente da população como um todo, a demografia não trabalha sobre **relações sociais**, quaisquer que elas sejam. Toma a população como uma abstração e, portanto, não é paradoxal, mas inerente a esse método que a demografia estude a população da mesma forma que estuda qualquer outro conjunto de seres vivos: seu tamanho, sua morte, sua estrutura de idades, sua fertilidade, sua fecundidade (grifos do autor).

Devido à segunda natureza humana, sua natureza social, julgamos equivocado estudar os movimentos humanos, e sobretudo suas motivações, da mesma forma que estudaríamos o deslocamento de outros animais. De fato, muitas espécies animais migram, devido a pressões ambientais específicas — sazonalidade, mudanças climáticas e/ou ambientais, eventos geológicos graduais ou extremos, impactos causados pela atividade humana, entre outras causas — mas seu movimento decorre de razões bastante distintas daquelas que levam um número considerável de seres humanos a migrar, além do que as razões que induzem os movimentos humanos podem sofrer variações no decorrer do seu próprio desenvolvimento histórico.

Pistas importantes nesse sentido podem se apresentar ao nos debruçarmos sobre esta temática utilizando-se do arcabouço legado pelo materialismo histórico-dialético. Não existe, por certo, uma teoria marxista acabada sobre a população. Não obstante, a transformação do trabalho em força de trabalho, sua venda como mercadoria, essa nova forma de apropriação do excedente transforma também as leis sob as quais a população se produz e reproduz, tendo-se em conta que a reprodução da população e seu modo de produção encontram-se ligados de forma umbilical e não podem ser compreendidos de forma radical se analisados separadamente.

Este artigo objetiva fazer uma crítica às análises puramente inventariadas dos movimentos humanos utilizando como lente o referencial fornecido pelo materialismo histórico e os estudos que examinam a mobilidade do trabalho. Para tanto, utilizando de pesquisa bibliográfica, procuramos compreender os impulsores dos movimentos populacionais no sociometabolismo do capital, as complexidades envolvidas na definição do movimento migratório, além de elencar diferentes interpretações sobre o fenômeno, buscando com isso apontar abordagens que procuram entender as raízes do processo em questão.

A população e a mobilidade sob os desígnios do capital

O trabalho, antes da universalização das relações capitalistas, tinha como objetivo primeiro a obtenção de valores de uso, produtos por meio do qual se garantia a subsistência do próprio trabalhador. No sociometabolismo do capital e seu processo de valorização, algo muito diferente ocorre. A própria força de trabalho torna-se agora uma mercadoria, uma mercadoria especial na medida em que preserva e aumenta o valor das demais mercadorias (VENDRAMINI, 2018), distinta de todas as outras, já que seu uso cria mais-valor. O trabalhador labuta sob o controle do capitalista, aquele a quem agora pertence a sua força de trabalho. O resultado de sua atividade é de propriedade de quem a comprou. Este capitalista não deseja produzir um valor de uso, mas uma mercadoria; não apenas valor de uso, mas valor; não somente valor, mas fundamentalmente mais-valor (MARX, 2017).

Na sua acepção original, conforme apresentada por Marx, a acumulação primitiva fomentava dois processos essenciais ao desenvolvimento capitalista: a transformação de produtores independentes em trabalhadores assalariados, subjugados pela relação social capitalista, ao mesmo tempo em que gerava o mercado interno necessário ao desenvolvimento industrial. Estando os trabalhadores separados dos meios de produzir a sua subsistência, não lhes resta outra alternativa senão buscar a sua reprodução por intermédio da compra das mercadorias disponíveis

no mercado. A imposição da venda de sua força de trabalho efetua uma transformação no caráter do movimento populacional, que acontece agora sobre outras bases.

No capitalismo, o salário se apresenta como o único meio de garantir a sobrevivência – a despeito da forma como se apresente (se por tempo, por peça ou ainda outra aparência que porventura venha a assumir). Ainda, como resultado da acumulação de capital produzida por ela mesma, a classe trabalhadora produz também, e em volume crescente, os meios por meio da qual ela mesma se torna supranumerária (MARX, 2017, p. 706). Este aparente excesso de trabalhadores, causado pela lógica de acumulação do sistema capitalista e o aumento relativo do capital constante, expande o número de desempregados e subempregados. Todo trabalhador que fica de forma parcial ou ainda integralmente desocupado se enquadra na intitulada superpopulação relativa.

Marx demarca três formas da superpopulação relativa: a flutuante, formada pelos trabalhadores que são ora absorvidos, ora repelidos pela indústria em razão dos diferentes momentos econômicos e, nas palavras do autor, "uma parte dela emigra e, na realidade, não faz mais do que seguir os passos do capital emigrante" (MARX, 2017, p. 716); a latente, composta fundamentalmente pelos trabalhadores que não são mais demandados nas áreas rurais em razão do avanço das relações capitalistas de produção e da acumulação de capitais nestas áreas (reiteradamente classificada como "êxodo rural"); e a estagnada, que o estudioso caracteriza como "(...) o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário" (MARX, 2017, p.718), de ocupação totalmente irregular e cuja condição de vida é inferior ao nível médio considerado normal para a classe trabalhadora, cujo volume se expande cada vez mais.

O autor apresenta ainda um sedimento que habita a esfera do pauperismo, composta por três categorias, os aptos ao trabalho que não conseguem ocupação, os órfãos e filhos de indigentes e, por fim, os incapacitados para o trabalho. Todos estes grupos, com exceção dos incapacitados, disputam a chance de vender sua força de trabalho. A competição intraclasse força uma redução

geral dos salários, como resultado, as oscilações dos salários são, também assim, reguladas pela expansão ou contração da superpopulação relativa.

Grosso modo, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que se regem, por sua vez, pela alternância periódica do ciclo industrial. Não se determinam, portanto, pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo aumento ou redução do tamanho relativo da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada (MARX, 2017, p. 712, grifos do autor).

Outro aspecto diz respeito à superpopulação relativa servir como material humano pronto a ser explorado, estando disponível nos momentos de ascensão dos ciclos econômicos independentemente de haver ou não verdadeiro aumento populacional. Quando, em virtude de sua necessidade de expansão sempre ampliada, novas áreas são integradas à mundialização do capital, um novo aporte de trabalhadores é requisitado e tal demanda é atendida pela superpopulação relativa, de forma a não comprometer a produção em outras esferas/locais, e sem que se tenha de esperar pela formação da mão de obra requerida, num período pontual e específico, pelo capital.

A superpopulação relativa é, assim, o pano de fundo sobre o qual se move a lei da oferta e da demanda de trabalho. Ela reduz o campo de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a avidez de exploração e a mania de dominação próprias do capital (MARX, 2017, p. 714).

Tendo-se em conta que as crises e as expansões do sistema capitalista costumam ocorrer em diferentes momentos, em distintos ramos produtivos e em proporções desiguais em relação ao espaço geográfico, o capital, em busca de taxas de acumulação mais elevadas, procura constantemente um local onde os salários

sejam mais baixos, onde o grau de exploração da força de trabalho seja ainda maior, de acordo com Gaudemar (1977),

(...) as condições determinadas pela acumulação de capital exercem papel fundamental na mobilidade do trabalho, na medida em que ela permite o uso capitalista da força de trabalho nos lugares e nas condições de intensidade requeridas para a maior produção de excedentes (apud SILVA, 2005, p. 58).

Da parte do trabalhador, ao buscar a possibilidade de obter um salário, ainda que as condições de manutenção de suas necessidades tornem-se dificultadas, ou mesmo que experimente uma leve melhora financeira (ao custo de uma considerável desestruturação social, familiar e psíquica), não há muito mais a fazer. Consoante nesta direção, escreve Perpetua (2013):

Portanto, a **condição móvel** derivada do fato do trabalhador não ser propriedade de outrem, como no regime escravista, ou mesmo não estar preso à terra por obrigações consuetudinárias, como no feudalismo, não significa que seja realmente livre no capitalismo, mas ao contrário, que é **livre** para vender aonde queiram comprar a única mercadoria de que dispõe, a sua força de trabalho (p. 72, grifos do autor).

Partindo desta observação — da submissão do trabalhador às forças do mercado e do processo de movimento da população frente ao capital — que a concepção teórica da mobilidade do trabalho vai examinar as migrações. Visto sob este prisma, observa-se que o trabalhador, sob os desígnios da produção capitalista, é levado a deslocar-se, portanto, o processo migratório corrente não é mais do que um amoldamento às exigências do modo de produção. Conforme Gaudemar (1977, p. 31):

Assim podem surgir, numa primeira vista de olhos sem pretensão exaustiva, os diferentes elementos de

uma estratégia de mobilidade forçada característica da evolução do capitalismo contemporâneo. São impostos, a maior parte das vezes, o êxodo rural e a proletarianização dos camponeses por um sistema que apenas considera a exploração do solo e da natureza na medida do lucro que daí extrai. São impostos, a maior parte das vezes, os modos de acesso aos empregos e às formações profissionais por um sistema que considera os homens apenas como instrumentos de valorização do capital. É imposta, frequentemente, aos próprios imigrantes, a imigração estrangeira por um sistema que considera os povos apenas na medida das riquezas que deles pode conseguir. São impostos, frequentemente, a mecanização e a parcelização das tarefas, a mobilidade gestual no tempo e no espaço que elas supõem. São impostas as variações na duração, intensidade e produtividade do trabalho.

Da forma como analisamos, é deste enfoque que Marx aborda o tema da migração. Verifica o movimento de expulsão dos camponeses ingleses, os escoceses escorraçados de suas terras, os irlandeses explorados nas mais diversas cidades inglesas — mesma observação que Engels tinha verificado anteriormente em sua obra **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**⁴ — ou enviados aos Estados Unidos da América. Esta forma de deslocamento foi depois difundida a todas as partes do planeta.

As interpretações da migração como um fenômeno que pode ser apenas descrito, que se apresenta como fluxos de deslocamentos estudados na esfera do indivíduo, ou ainda aqueles que apenas quantificam seu volume tendo por base levantamentos periódicos ou eventuais são postos em xeque, apesar de serem estes estudos os mais difundidos pelo pensamento da economia política vigente (PERPETUA, 2013). A análise crítica do fenômeno torna-se

⁴ Engels aborda a questão dos imigrantes irlandeses e as condições de vida destes trabalhadores em diversos momentos da obra supracitada. Pode-se observar essa atenção pormenorizada no capítulo sobre as *Grandes Cidades e*, é claro, no capítulo específico sobre *A Imigração Irlandesa*.

impreterível, uma vez que se interessa por seus condicionantes, seus nexos estruturais, as razões que as fazem irromper. Ao discorrer sobre a formação progressiva da superpopulação relativa, Marx dá pistas sobre a forma como observa a produção e reprodução da população sob o capital:

"(...) cada modo de produção particular na história tem suas leis de população particulares, historicamente válidas. Uma lei abstrata de população só é válida para as plantas e os animais e, ainda assim, apenas enquanto o ser humano não interfere historicamente nesses domínios" (MARX, 2017, p. 707).

Algumas perspectivas de análise sobre o fenômeno migratório

É correto o argumento de que o capitalismo não originou as migrações, no entanto, as bases sobre o qual o processo migratório ocorre apresenta peculiaridades sob o modo de produção capitalista. Segundo Barbosa (2017), a migração que ocorria anteriormente à mundialização do capital se realizava como resposta a fatores ambientais adversos, como secas ou inundações, por conta do crescimento populacional e a conseqüente pressão demográfica, à invasão ou deslocamento forçado por uma população hostil (guerras e anexações de territórios) ou ainda por mudanças nos termos de propriedades das terras. Para Perpetua (2013, p. 62):

O fenômeno da mobilidade, em sua dimensão espacial, sempre constituiu parte importante e absolutamente necessária da vida humana, desde a pré-história até os dias atuais. Em todas as sociedades e em todos os modos de produção, o deslocamento de materiais, informações, indivíduos e populações, com maior ou menor intensidade, figurou como uma condição imprescindível da existência humana e da reprodução social. Em nenhum deles, no entanto, a mobilidade assumiu tamanha importância e centralidade como na sociedade e no modo de produção capitalista.

Afastando-se de métodos que são próprios para conhecer a natureza, mas que se mostram ineficazes para explicar o que se afasta dela, Oliveira (1976) vai apresentar uma análise das relações de reprodução da população sob o capitalismo por meio do termo "gasto de trabalho". Para este estudioso, a mortalidade, o consumo da força de trabalho, apresenta-se como um "gasto de trabalho", fisicamente irreparável sempre que o salário estiver abaixo do custo de sua reprodução. Esta é a variável sobredeterminante em seu par dialético, uma vez que estabelece as bases sobre a qual se manifesta seu contrário. Sua função oposta é a fertilidade, uma das reservas de força de trabalho, e que apresentará números maiores sempre que a mortalidade se mostrar também elevada. Para Oliveira (*idem*), quanto maior for o consumo predatório das forças de trabalho, sempre que a exploração destas forças — sua brutalidade sobre os trabalhadores — for elevada, maiores serão suas taxas de fertilidade. Utilizando-se de um argumento de Marx, registra o autor:

De fato, não só a massa dos nascimentos e óbitos, mas também a grandeza absoluta das famílias está na razão inversa do nível do salário e, portanto, à massa dos meios de subsistência de que dispõem as diversas categorias de trabalhadores. Essa lei da sociedade capitalista soaria absurda entre selvagens, ou mesmo entre colonos civilizados. Ela remete à reprodução em massa de espécies animais individualmente fracas e avidamente perseguidas (MARX, 2017, p. 718).

Oliveira assinala a fertilidade como "uma" das reservas de força de trabalho pois, de fato, a reserva mais próxima utilizada pelo capital é constituída pelo exército de reserva, cujos movimentos de expansão e contração são uma função do ciclo de acumulação do capital, e não uma função direta dos indicadores demográficos; assim, apenas secundariamente essa reposição é demográfica (OLIVEIRA, 1976). A locomoção do trabalhador, na tentativa de vender sua força de trabalho e com isso garantir sua subsistência, compõe grande parte do movimento caracterizado como migração.

Para aqueles que se debruçam sobre os estudos migratórios sob a perspectiva de análise puramente estatística, do cálculo de seus fluxos e sua orientação, essa observação não costuma ser considerada. Segundo Póvoa Neto (1997, p. 12), "esse tipo de questionamento aplica-se com menor ênfase às avaliações que pretendem descrever, caracterizar e mensurar deslocamentos populacionais, relegando para segundo plano a preocupação com seu contexto social mais amplo". Ainda que neste tipo de estudo dois de seus três pilares sejam de certa forma consensuais — as taxas de natalidade e óbito — ao se tratar da migração, tais estudiosos também enfrentam algumas dificuldades.

Neste sentido, um inconveniente preambular que podemos evidenciar ao estudarmos a migração, diz respeito ao critério adotado para julgar um deslocamento populacional como sendo ou não um movimento migratório. Segundo o **Glossário sobre Migração**, documento de referência para a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a migração é compreendida como:

Processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes económicos (OIM, 2009, p. 42).

A primeira referência aborda como pressuposto o cruzamento de algum limite político-administrativo convencional, como a mudança de território pátrio, unidade federativa, ou ainda a mudança de município. Esse, assim como outros critérios, trazem certas possibilidades, assim como algumas limitações. Somente a título de exemplo, os censos demográficos brasileiros de 1950 e 1960 consideravam migrantes os indivíduos que residiam fora da unidade federativa de nascimento. Somente a partir do censo de 1970 é que foi incorporada a menor unidade político-administrativa — o município — como referencial para os processos migratórios. Nem mesmo assim o critério deixa de

apresentar limitações para um país com as dimensões territoriais do Brasil.

Se um indivíduo se mudar de Balneário Camboriú-SC, que possui uma modesta área territorial para os padrões nacionais, para o município limítrofe de Camboriú-SC, percorrendo uma distância inferior a 20 quilômetros, será identificado pelo censo demográfico como migrante. Se a mesma pessoa mudar de residência dentro do município de Altamira, no Pará, com seus mais de 159 mil quilômetros quadrados, do seu extremo norte ao sul, terá percorrido aproximadamente 900 quilômetros, e mesmo assim terá somente se deslocado entre bairros do referido município, não configurando, segundo o censo demográfico brasileiro, uma migração.

O prosseguimento na definição do documento da OIM é, no mínimo, bastante abrangente. Coloca em uma mesma categoria realidades muito particulares: movimentos considerados atos de escolha pessoal, deslocamentos forçados, mudanças que podem durar o curso de toda uma vida, além daquelas que ocorrem por determinados períodos ou que tem sua duração determinada. Dentro desta definição, mesmo o processo de escravização, uma degeneração completa da individualidade humana, seria abarcada como um movimento migratório.

Critérios temporais também apresentam suas limitações, sobretudo nos dias atuais, em que frações cada vez mais numerosas da classe trabalhadora experimentam uma intensa mobilidade, advinda de uma instabilidade laboral estabelecida como norma na acumulação flexível, que os levantamentos demográficos realizados em intervalos decenais não conseguem detectar. As chamadas migrações sazonais ou até mesmo os movimentos pendulares são bons exemplos deste processo. Soma-se ainda o fato dos levantamentos só conseguirem revelar os sobreviventes destes processos. De acordo com Silva (2005, p. 60-61):

Nossas investigações têm revelado que a definição de temporário encobre uma multiplicidade de situações concretas, que, às vezes, possuem um tempo de duração que abrange quase toda a vida ativa dos indivíduos

envolvidos, além de se reportar a diferentes lugares.
(...) Produz-se, assim, a **permanência das migrações temporárias** (grifos da autora).

Desta maneira, podemos constatar que "a opção por uma definição específica do que se entende por migração pode significar o ponto de partida para a análise seletiva de certos processos, enquanto outros são postos de lado" (PÓVOA NETO, 1997, p. 11). Considerando os limites desse artigo, nos interessa analisar, tendo em vista suas implicações para a reprodução social dos trabalhadores, a migração da força de trabalho sob o capitalismo, uma vez que esta forma de produção se tornou hegemônica no mundo contemporâneo.

Dentre os processos migratórios na sociabilidade capitalista no território nacional, vamos evidenciar o deslocamento mais recorrente nas últimas décadas, a chamada migração interna. Este tipo de deslocamento espacial também ocorre entre os séculos XVI e XIX, em virtude do desenvolvimento econômico desigual verificado ao longo do tempo nas diferentes regiões do país, embora seja menos mencionado. Mas é somente a partir da segunda metade do século passado, depois que se inicia o processo de industrialização e a conseqüente urbanização do Brasil, que as migrações internas passam a uma posição de destaque, quando comparadas às migrações internacionais. Sobre esse período, Póvoa Neto (1997) vai apresentar os três grandes troncos teóricos nos quais podem ser agrupados a maior parte dos trabalhos desenvolvidos sobre a temática migratória.

A primeira delas é a concepção denominada **neoclássica**, atrelada a uma visão econômica liberal, na qual o migrante é visto como um "portador de trabalho", que em conjunto com o capital e a terra, em proporções adequadas, podem levar ao equilíbrio econômico de determinadas áreas. Nesta concepção, tanto os trabalhadores quanto os capitalistas orientam seu comportamento no espaço geográfico "(...) segundo um desejo de maximização de ganhos em termos da remuneração do trabalho ou do capital investidos" (idem, ibidem, p. 16). Portanto, as escolhas racionais só

podem ocorrer quando em consonância com as regras do mercado. Isto posto, após analisar o custo-benefício da migração, o indivíduo decide se empreende ou não o deslocamento (OLIVEIRA, 2011). Percebe-se que esta perspectiva está assentada em pressupostos axiomáticos da tendência ao equilíbrio geral do sistema econômico, com uma perspectiva temporal linear (PERPETUA, 2013).

Dado que este equilíbrio perfeito nunca foi observado, a questão migratória passa a ter um caráter político, em que é atribuído como papel do Estado coordenar os fluxos migratórios, ora incentivando e subsidiando, ora inibindo ou até mesmo proibindo os deslocamentos. Como exemplo desta concepção, podemos apontar dois documentos discutidos e aprovados pela ONU, o "Pacto Mundial para a Migração **Segura, Ordenada e Regular**" ou ainda a meta 10.7 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que sustenta a seguinte conduta: "...está previsto que governos devem agir para facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração **planejadas e bem geridas**" (OIM, 2022, p. 17, grifos nossos). Sobre o horizonte desta abordagem, comenta Gaudemar (1977, p. 23):

Face à imagem idílica mantida pelos discursos patronais governamentais — e seus semelhantes teóricos, os modelos neoclássicos —, imagem de uma mobilidade ao mesmo tempo desejada pelos trabalhadores, que lhes traria vantagens pessoais, e desejáveis para o bem-estar coletivo e crescimento, ergue-se então a realidade de uma mobilidade suportada, provocando fluxos de homens apenas ao ritmo das contrações ou expansões do capital; quantos desenraizamentos frequentemente dolorosos, senão sempre dramáticos, quantos sinais de um progresso ilusório que modela a paisagem social e humana apenas à imagem desumana da polarização capitalista do espaço.

Sob outra perspectiva, a da concepção **histórico-estrutural**, o foco se orienta para o fenômeno social, o conjunto de processos

sociais que podem condicionar as migrações. Segundo Póvoa Neto (1997, p. 17), "o que se tem agora é a análise de grupos e classes sociais a sofrer a força de estruturas sociais que explicam a maior ou menor propensão para a migração". Da exposição de Perpetua, extrai-se que:

(...) foi introduzida a tese de que o desequilíbrio econômico e espacial é um horizonte factível a partir do funcionamento do macrossistema econômico abandonado aos seus próprios mecanismos de funcionamento e às aspirações individuais, admitindo-se, dessa forma, o caráter anárquico e não harmonioso do mercado em uma economia capitalista (PERPETUA, 2013, p. 60).

A natureza dos processos de expulsão, sob o exame daqueles que adotam o paradigma marxista, é analisada pelas transformações nas relações de produção do espaço objeto destes estudos. Ao mesmo tempo, a admissão dos migrantes nas áreas a que se destinam é vista sob o enfoque de sua adaptação, de sua submissão às novas relações de produção. Para Singer (1980, p. 217), "as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas" (*apud* OLIVEIRA, 2011, p. 12). Diferentemente do enfoque neoclássico, que enxerga compatibilidade entre os interesses dos migrantes e a dinâmica econômica, na concepção histórico-estrutural:

Prioriza-se a percepção de processos sociais gerais, dentro dos quais a migração ganha sentido e tende a assumir um papel. Ela implica na saída de trabalhadores anteriormente inseridos em estruturas sociais tradicionais e na sua condução rumo ao mercado de trabalho propriamente capitalista (PÓVOA NETO, 1997, p. 18).

O terceiro tronco teórico apontado é o da **mobilidade do trabalho**. Nesta formulação, "mais que uma liberdade individual de escolha de localizações possíveis para a venda da força de trabalho, tem-se um constrangimento sobre o trabalhador, que lhe impõe o deslocamento como estratégia de sobrevivência" (PÓVOA NETO, 1997, p. 20), contrapondo-se ao julgamento neoclássico. Partindo da teoria marxista do trabalho, esta abordagem examina o uso pelo capital dos corpos dos trabalhadores, em conformidade com a velocidade/ferocidade e nos locais/espacos mais adequados à extração do mais-valor.

Em contraste às concepções anteriores, que discutiam a questão migratória como uma busca de equilíbrio entre o número de trabalhadores e sua inserção ou aproveitamento pelo capital, na perspectiva da mobilidade do trabalho reflete-se sobre o processo de desenvolvimento capitalista, sua acumulação em escala ampliada, que acarreta fluxos populacionais em consequência da impossibilidade de sua inserção num mercado de trabalho cada vez mais restritivo. Retomando o estudo de Perpetua (2013, p. 61):

Concebe-se a existência de uma tendência premente ao desequilíbrio e ao ajuste forçado, não necessariamente num ponto mais elevado, mas em muitos casos com retrocessos históricos cujos impeditivos à expansão do capital são corrigidos por meio dos seus expedientes de ajuste e de sua estrutura totalizadora de comando político: o Estado. O grau de liberdade e autonomia atribuído aos indivíduos inseridos no(s) sistema(s) socioeconômico(s), sejam eles capitalistas, proletários ou gestores do capital, é extremamente limitado, devido a sua atuação dentro dele(s) ou como personificações reificadas dos imperativos objetivos da acumulação, ou como produtores alienados, estando sujeitos, obviamente, a contingências as mais diversas.

É importante sublinhar que os três troncos teóricos que foram aqui expostos de maneira bastante abreviada invocam o trabalho como elemento central de sua análise. Muito embora a força

de trabalho, as capacidades físicas e mentais dos trabalhadores, é que foram transformadas em valor de troca, estas capacidades não existem fora da pessoa do trabalhador, o que condiciona sua mobilidade. Conforme revela Marx:

Uma coisa, no entanto, é clara: a natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias, de um lado, e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, de outro. Essa não é uma relação histórico-natural [*naturgeschichtliches*], tampouco uma relação social comum a todos os períodos históricos, mas é claramente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social (2017, p. 244).

Para o sociólogo italiano Pietro Basso (2015), as migrações atuais são sempre forçadas. Profundo estudioso das migrações que ocorrem no continente europeu, ele defende a tese de que, independentemente dos fatores que as façam ocorrer — se econômicos, culturais, políticos ou militares — são forçadas porque todas elas estão visceralmente ligadas ao metabolismo social do capital em escala global. Ainda que, segundo o autor, se classifiquem movimentos populacionais e seus agentes sob diferentes rótulos — como refugiados, indocumentados, demandantes de asilo — procurando distingui-los dos chamados migrantes econômicos, estes movimentos vão ocorrer por conta da universalização do capital nas mais diversas áreas do planeta, de forma a explorar suas riquezas, sejam elas recursos naturais, importantes eixos de transporte, a produção de alimentos, seus trabalhadores, seu mercado consumidor, etc. Explana o pesquisador:

Para mim esta distinção não me agrada em absoluto. Porque as emigrações, sejam causadas por fatores econômicos, políticos, militares, culturais ou uma mistura entre eles, são sempre emigrações forçadas. Ninguém deixa "voluntariamente", alegremente, seu lugar de nascimento. Por isso, prefiro falar

de emigrantes e não de migrantes, para destacar sobretudo que não provém de lugar algum, senão de um preciso contexto sociocultural e nacional, e em segundo lugar que se o deixou é porque se viu forçado a deixá-lo. Embora tenha se tornado lugar comum falar de migrantes, concordo com A. Sayad ao dizer que os humanos não são jamais migrantes (como os pássaros), mas sempre emigrantes e imigrantes, pois os emigrantes, seja qual for sua consciência, depois de terem sido arrancados de sua própria terra de origem, procuram um novo lugar para se estabelecer (BASSO, 2015, s.p., grifos do autor, tradução nossa).

Basso estudou o aumento das emigrações internacionais desde os anos 1950 até 2010, relacionando esse aumento, principalmente, aos seguintes fatores: as desigualdades de desenvolvimento entre as economias das nações periféricas e centrais, produzidas especialmente pelo colonialismo e o neocolonialismo; a expansão das multinacionais ligadas ao agronegócio, que expulsa ainda hoje milhares de camponeses das mais diversas áreas rurais do planeta e em especial das regiões periféricas; o endividamento forçado destes países; guerras e conflitos pela posse de importantes recursos para o capital global; o constante e acelerado impacto ecológico causado pela lógica produtiva capitalista em escala mundial (BASSO, 2015). No Brasil, o qual não se encontra apartado dessa realidade, dados recentes do Ministério das Relações Exteriores indicam um aumento significativo das emigrações internacionais. Os brasileiros que vivem no exterior saltaram de 1,8 milhão, em 2012, para 4,2 milhões em 2020⁵. Pesquisa realizada pelo instituto Datafolha em 2018 observou que 70 milhões de brasileiros maiores de 16 anos se mudariam para outros países, se pudessem, o que representava 43% da população absoluta naquele período⁶. Entre as possíveis causas apontadas,

⁵ Conforme dados do relatório *Comunidade Brasileira no Exterior*, de junho de 2021, que apresenta os dados consolidados para o ano de 2020.

⁶ Segundo levantamento intitulado *62% dos jovens gostariam de deixar o país*,

estão fatores antigos como a desigualdade e a exclusão, e novos, associadas ao aprofundamento do desemprego estrutural vigente.

A respeito do agravamento da xenofobia e do racismo, em ascensão no continente europeu, Basso (2013) revela como esses são mecanismos antigos, mas ainda bastante eficientes de cisão da classe trabalhadora, segmentação que muito interessa ao capital em sua busca pelo rebaixamento dos salários. As medidas que visam o controle dessa imigração, aporte de força de trabalho fundamental à manutenção das economias no continente europeu, nada mais fazem que garantir uma exacerbação da extração de mais-valor, "(...) sua finalidade fundamental não é nenhuma migração, é a **imigração sem nenhum direito**" (BASSO, 2013, p. 90, grifos do autor). Essa divisão útil, a concorrência assídua, o choque estabelecido entre diferentes nacionalidades e etnias visa a formação de trabalhadores temporariamente hóspedes (desligados e devolvidos aos seus países originários ao menor sinal de crise), uma força de trabalho *just in time*, sem sindicato, sem família, sem nenhuma garantia ou estabilidade.

Tal condição não se encerra exclusivamente a estes trabalhadores, o falso antagonismo entre imigrantes e autóctones serve somente para obscurecer o fato de seus destinos permanecerem ligados. Essa superpopulação relativa, em sua forma estagnada, força os salários de toda a classe trabalhadora para baixo, conforme já apontamos. Essa intensificação da exploração produzirá seus efeitos sobre a reprodução social de todos os trabalhadores, inclusive aqueles com garantias contratuais e direitos. Todavia, sistematicamente os imigrantes são responsabilizados pela crise e pela deterioração das condições de vida, degradação causada na verdade pela lógica de acumulação do capital, que se utiliza deste argumento para afastar de si a responsabilidade pela situação dos trabalhadores, descarregando sobre fatores e atores externos a responsabilidade dos males sociais causadas por sua própria "racionalidade econômica".

realizado em maio de 2018.

Numa outra perspectiva, também de fundamental relevância está o trabalho de Silva (2005), que em suas contribuições metodológicas para a análise das migrações, ressalta duas óticas sob a qual os migrantes são, em seus estudos, considerados: o trabalhador como sujeito produzido no cerne de relações sociais específicas, relações estas em grande parte de expropriação e exploração violenta; e ainda o migrante incluído em sua realidade social, que o faz pertencer a um determinado espaço social e cultural. Isto posto, é então exequível uma investigação que compreenda as migrações como um processo social e os migrantes, agentes desse processo. Tal perspectiva conduz a reflexões em que os fatores econômicos não são os únicos tópicos a serem observados.

A apreensão das migrações vistas sob esta ótica permite ao pesquisador analisá-las como acontecimento ligado ao seu tempo histórico, que alteram as vidas daqueles que partem, bem como daqueles que ficam, motivadas por fatores objetivos, ideológicos, estruturais, culturais e subjetivos, que perpassam as relações entre classe, gênero e raça/etnia (SILVA, 2005), disserta a autora:

(...) os valores culturais e ideológicos também exercem papel importante nas decisões de migrar. Além das determinações estruturais, as relações de representações sociais dos agentes da migração explicam suas trajetórias e seus destinos entendidos em uma dialética de aceitação-recusa, determinação-indeterminação, realidade-ilusão. A migração, enquanto processo, responde às necessidades materiais de sobrevivência (comida, roupa, remédios) e também às necessidades de manter vivas as ilusões (de melhoria, de ascensão social, de projetos de vida). A compreensão dessa dialética afasta os dualismos e as excludências, no sentido de que o real, o palpável, é verdadeiro e o irreal, o invisível, é falso. As representações sociais (símbolos, imaginário) são elementos do real, portanto necessários. A ilusão é necessária e ela se apoia sobre uma base social (idem, p. 74-75).

Silva (*idem*) aponta que se forma assim uma ideologia, muito proveitosa ao capital, em torno do tema da migração, como um processo que traz somente benefícios, desconsiderando o desenraizamento e todo o sofrimento psíquico, social e até mesmo econômico que tal processo pode acarretar. Sucede um verdadeiro processo de introjeção de valores, uma socialização para a migração. As mercadorias, enviadas ou presenteadas àqueles que ficam, acabam por exercer fascínio e alimentar as ilusões e sonhos de muitas pessoas. Ao mesmo tempo, estes discursos servem para responsabilizar, em nível pessoal, àqueles que não lograrem sucesso em sua trajetória migratória.

Considerações finais

Conforme o exposto, procuramos demonstrar, levando-se em conta os limites deste espaço, como o tema da migração envolve uma série de elementos e condicionantes, para o qual uma observação verdadeiramente conscienciosa deve atentar. Neste sentido, o materialismo histórico-dialético cumpre um importante papel para a compreensão do fenômeno migratório. Esta concepção visa não somente a observação da manifestação do fenômeno em sua aparência, o cálculo indiferente de sua magnitude e de seus fluxos mais destacados, mas sim as razões que as fazem suceder, além de apontar para a necessária superação das razões e das condições nas quais elas ocorrem.

A problemática da migração tem sido abordada por diferentes pesquisadores orientados por perspectivas diversas. Neste artigo, tomamos como referência autores guiados pelo materialismo histórico, os quais buscam compreender as raízes da migração, suas causas e efeitos, ou seja, o processo histórico de expulsão das pessoas dos seus lugares. As motivações para os deslocamentos são diversas — guerra, violência, problemas ambientais, conflitos religiosos, questões familiares, racismo, entre outras — mas todas elas são expressão de uma sociedade cindida em classes sociais e que produz e reproduz um conjunto de desigualdades sociais, territoriais e étnico-raciais.

Referências

BARBOSA, Raul Felix. Breves comentários sobre as teorias marxistas de imigração. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 197, p. 143-149, outubro de 2017.

BASSO, Pietro. Imigração, racismo e antirracismo na Europa de hoje. In: TAVARES, M. A.; GOMES, C. (Organizadoras), **Intermitências da crise e questão social: uma interpretação marxista**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. p. 83-133.

BASSO, Pietro. Las emigraciones son siempre forzadas. Entrevista. **La Izquierda Diálogo**, 29 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.laizquierdadiario.com/Pietro-Basso-Las-emigraciones-son-siempre-forzadas>. Acesso em: 06 jun. 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Comunidade Brasileira no Exterior: estimativas referentes ao ano de 2020**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/artigos-variados/comunidade-brasileira-no-exterior-2013-estatisticas-2020>. Acesso em: 17 dez. 2021.

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, n. 39, p. 29-50, jul/dez. de 2012.

DATAFOLHA. Opinião Pública: **62% dos jovens brasileiros gostariam de deixar o país**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/06/1972189-62-dos-jovens-gostariam-de-deixar-o-pais.shtml>. Acesso em: 17 dez. 2021.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann, São Paulo: Boitempo, 2020.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Tradução M. R. Quintela, Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

IANNI, Octavio. A constituição do proletariado agrícola. *In*: IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004. Segunda Parte, p. 100-115.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: livro I: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

OIM. **Glossário Sobre Migração**. Vários autores. Brasília: Organização Internacional para as Migrações, 2009.

OIM. **Governança Migratória Local: Ferramentas e Métodos**. Marcelo Torelly, Ana Laura Anschau e Anelise Dias (organizadores). Brasília: Organização Internacional para as Migrações, 2022.

OLIVEIRA, A. T. R. de. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. *In*: OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. **Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p. 11-27.

OLIVEIRA, F. de. A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. **ESTUDOS CEBRAP**, São Paulo — SP, v. 16, p. 5-25, 1976. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/a_producao_dos_homens.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.

PERPETUA, Guilherme Marini. Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. **Revista Pegada**, v. 14, n. 1, p. 58-80, Jul. 2013. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/2138>. Acesso em: 16 dez. 2021.

PÓVOA-NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. **Experimental**. São Paulo, n. 2, p. 11-24, março, 1997.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Contribuições Metodológicas para a Análise das Migrações. *In*: DEMARTINI, Z. B. F; TRUZZI, O. M. S. (Orgs). **Estudos Migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 53-86.

VENDRAMINI, Célia Regina. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, p. 239-260, maio/ago. 2018.